



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº. 1.664

DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO SÍTIO AGAR PARA REPASSE DE RECURSO PROVINDO DO GOVERNO FEDERAL, PARA O FIM QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANA PAULA POLOTTO RIBAS DE ANDRADE, prefeita do Município de Cajamar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Executivo Municipal autorizada a celebrar convênio com a **Associação Sítio Agar**, entidade civil, inscrita no CNPJ sob o nº 05.119.104/0001-33, situada na Rua Corumbataí, nº 50, Distrito do Polvilho, cidade de Cajamar, São Paulo, para repasse de recurso provindo do Governo Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

Parágrafo único. O recurso mencionado no *caput* deste artigo é objeto de transferência do Fundo Nacional de Assistência Social para o Fundo Municipal de Assistência Social, cuja finalidade é a descentralização da gestão das ações e serviços sócioassistenciais no Município de Cajamar, tendo por objetivo o desenvolvimento da ação compartilhada.

Art. 2º No processo de parceria para prestação de serviços sócioassistenciais, o Município assumirá, integralmente, na vigência do instrumento formalizado, a gestão dos serviços, para executá-la com a cooperação técnica, administrativa e financeira da União, de forma direta ou mediante colaboração com as entidades e organizações de assistência social situadas no Município.

Art. 3º Visando à execução das ações de que trata a presente lei, o Município repassará a Entidade o valor total de **R\$ 120.000,00** (cento e vinte mil reais), a ser realizado em conformidade com o desembolso financeiro do recurso efetuado pela União ao Município.

Parágrafo único. Por se tratar de serviço socioassistencial de natureza continuada, fica a vigência do presente convênio atribuída da data de sua assinatura até 30 (trinta) dias após o recebimento da última parcela do recurso.

Art. 4º Para receber os valores constantes na presente Lei, a entidade deverá estar devidamente regularizada e legalizada perante os órgãos Federal, Estadual e o Município de Cajamar.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº. 1.664/2016 – Fls. 02

Art. 5º Fica fazendo parte integrante desta Lei, a minuta do “Termo de Convênio” que segue, a ser firmado entre a Municipalidade e a entidade conveniada.

Art. 6º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária nº. _____ - _____ - Assistência Social Geral, alocadas no Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Cajamar, 18 de outubro de 2016.

ANA PAULA POLOTTO RIBAS DE ANDRADE
Prefeita Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 102 da Lei Orgânica do Município de Cajamar, mediante afixação no local de costume, aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

MILTON PAULO DE FIGUEIREDO
Departamento Técnico Legislativo



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº. 1.664/2016 – Fls. 03

MINUTA DE CONVÊNIO Nº __/2016

Termo de Convênio que entre si celebram a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR e a ASSOCIAÇÃO SÍTIO AGAR, objetivando a expansão qualificada e o reordenamento dos serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens até 21 (vinte e um) anos de idade, com apoio do Governo Federal.

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR**, com sede na Praça José Rodrigues do Nascimento, nº 30, Centro, Cajamar/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.523.023/0001-81, neste ato representada por sua Prefeita, Sra. **ANA PAULA POLOTTO RIBAS DE ANDRADE**, brasileira, casada, com endereço profissional na Praça José Rodrigues do Nascimento, nº. 30, Centro, Cajamar/SP, doravante designada simplesmente **MUNICÍPIO**, e a **ASSOCIAÇÃO SÍTIO AGAR**, entidade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº. 05.119.104/0001-33, com sede na Rua Corumbataí, nº. 50, Parque Paraíso, Distrito do Polvilho, em Cajamar/SP, devidamente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social, neste ato representada por seu Presidente Sr. **ANTONIUS GERARDUS MARIA VAN NOIJE**, holandês, solteiro, portador da cédula de identidade de estrangeiro RNE nº. V068587-P e do Cadastro de Pessoa Física nº 176.597.318-07, residente à Rua Corumbataí, nº. 50, Parque Paraíso, Distrito do Polvilho, em Cajamar/SP, doravante designada simplesmente **ENTIDADE**, celebram o presente convênio, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pela Lei Federal 8.883, de 08 de junho de 1994 e Lei Municipal nº _____ de ____ de _____ de _____, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, com o objetivo de desenvolver programas sócioassistenciais a população local em situação de vulnerabilidade pessoal e social, com apoio do Governo Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio o desenvolvimento, pelos partícipes, de serviço de acolhimento institucional de crianças, adolescentes e jovens até 21 (vinte e um) anos de idade, em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, sendo que suas ações são voltadas ao atendimento das demandas de proteção social especial de alta complexidade, de natureza continuada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

São obrigações do **MUNICÍPIO**:



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº. 1.664/2016 – Fls. 04

- I – transferir os recursos financeiros consignados na Cláusula Quarta do presente Convênio;
- II – dar conhecimento à **ENTIDADE** das normas programáticas e administrativas dos programas sócioassistenciais de ação continuada – Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade;
- III – supervisionar, monitorar, acompanhar e avaliar, qualitativa e quantitativamente os serviços prestados pela **ENTIDADE** em decorrência deste Convênio;
- IV – examinar e aprovar as prestações de contas dos recursos financeiros repassados à **ENTIDADE**, através da Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação do Terceiro Setor;
- V – assinalar prazo para que a **ENTIDADE** adote as providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste Termo de Convênio, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção das parcelas dos recursos financeiros;
- VI – comunicar ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS as irregularidades verificadas e não sanadas pela **ENTIDADE**, quanto à qualidade dos serviços prestados e quanto à aplicação dos recursos financeiros transferidos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

São obrigações da **ENTIDADE**:

- I – executar os serviços sócioassistenciais de natureza continuada a que se refere à Cláusula Primeira, em conformidade com o Plano de Trabalho;
- II – zelar pela manutenção dos padrões da qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pela Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação do Terceiro Setor e aprovadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;
- III – proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população abrangida pelos serviços sócioassistenciais, sem discriminação de qualquer natureza;
- IV – manter recursos humanos, materiais e equipamentos sociais adequados e compatíveis com o atendimento dos serviços que se obriga a prestar, com vistas ao alcance dos objetivos deste Convênio;
- V – aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo **MUNICÍPIO** na prestação dos serviços objetos deste Convênio, conforme estabelecido na Cláusula Primeira;



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº. 1.664/2016 – Fls. 05

VI – apresentar, mensalmente, à **Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação do Terceiro Setor**, com cópia para o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, o relatório das atividades desenvolvidas, bem como declaração quantitativa de atendimento mensal, assinada pelo representante da **ENTIDADE**, acompanhada da relação nominal dos atendidos;

VII – prestar contas, em conformidade com o recebimento da correspondente parcela do repasse, de acordo com o que disciplina o Manual Básico - Repasses Públicos e Prestação de Contas - Terceiro Setor, à **Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação do Terceiro Setor**, dos recursos recebidos na forma da legislação vigente, sob pena de, não o fazendo, serem consideradas inidôneas para a percepção de novos recursos;

VIII – prestar contas à **Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação do Terceiro Setor**, nos moldes das instruções especificadas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, até 31 de janeiro do exercício subsequente, dos recursos repassados durante o exercício anterior, e, se for o caso, até 30 (trinta) dias do término da vigência deste instrumento, sob pena de ficar impedida de receber quaisquer outros recursos financeiros por parte do **MUNICÍPIO**;

IX – manter a contabilidade, os procedimentos contábeis e os registros estatísticos, bem como a relação nominal dos atendidos, atualizados e em boa ordem, sempre à disposição dos agentes responsáveis pelo controle interno e externo e do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, de forma a garantir o acesso às informações da correta aplicação e utilização dos recursos financeiros recebidos;

X – assegurar a **Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação do Terceiro Setor** e ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS as condições necessárias ao acompanhamento, monitoramento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos resultados dos serviços objeto deste Convênio;

XI – fixar em suas dependências, em local de fácil visualização as informações e orientações sobre os serviços prestados e da participação do Governo Federal, Estadual e Municipal nos programas cujos recursos tenham origem nas disposições deste Convênio;

XII - garantir a afixação de placas indicativas do repasse de recurso financeiro realizado pelo Poder Público, por intermédio da Diretoria Municipal de Desenvolvimento Social, em ponto de fácil visualização.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

O valor do presente Convênio é de **R\$ 120.000,00** (cento e vinte mil reais), a ser realizado em conformidade com o desembolso financeiro do recurso efetuado pela União ao Município.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº. 1.664/2016 – Fls. 06

Parágrafo único - As despesas decorrentes do presente convênio correrão por conta da ficha nº. _____, rubrica orçamentária nº. _____ alocadas no Fundo Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

A vigência do Convênio iniciar-se-á da data de assinatura do presente Termo até 30 (trinta) dias após o recebimento da última parcela do recurso.

CLÁUSULA SEXTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

O **MUNICÍPIO** efetuará repasses de recursos financeiros à **ENTIDADE**, na conformidade da Lei Municipal nº _____, de ____ de _____ de 2016, e, de acordo com o Plano de Trabalho anexo, observado o § 3º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883, de 08 de junho de 1994;

Parágrafo único: Os recursos serão transferidos mediante aprovação da aplicação dos recursos financeiros anteriormente recebidos;

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO TERMO DE CONVÊNIO

O monitoramento e a fiscalização da execução do presente ajuste ficarão sob encargo do órgão municipal responsável pela execução da política de assistência social, do CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social e da Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação do Terceiro Setor.

CLÁUSULA OITAVA – DA DENÚNCIA

Este Termo de Convênio poderá, a qualquer tempo e por iniciativa de qualquer das partes, ser denunciado mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA – DA RESTITUIÇÃO E PENALIDADE

A **ENTIDADE** compromete-se a restituir, no prazo de 30 (trinta) dias, os valores repassados pelo **MUNICÍPIO**, atualizados pelo IPCA/IBGE, a partir da data de seu recebimento, em virtude da inexecução do objeto deste Termo de Convênio, ficando a mesma impedida de receber novos recursos.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº. 1.664/2016 – Fls. 07

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o foro Distrital de Cajamar, Comarca de Jundiaí, para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste Termo de Convênio.

E por estarem de acordo com as Cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente Termo de Convênio em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Cajamar/SP, ____ de _____ de 2016.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR
ANA PAULA POLOTTO RIBAS DE ANDRADE
PREFEITA**

**ASSOCIAÇÃO SÍTIO AGAR
ANTONIUS GERARDUS MARIA VAN NOIJE
PRESIDENTE**

TESTEMUNHAS:

1 _____
RG. nº
CPF/MF nº

2 _____
RG. nº
CPF/MF nº